
CADERNO DE CAMPO DIGITAL – ANTROPOLOGIA EM NOVAS MÍDIAS

Luiz Eduardo Robinson Achutti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Maria de Nazareth Agra Hassen

UNIRITTER – Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: *A pesquisa apresenta uma experiência de etnografia e fotoetnografia com equipamento digital. Busca registrar as transformações por que passa uma comunidade rural e pesqueira pertencente a Viamão, na Grande Porto Alegre, RS, Brasil. Margeada pelo rio Guaíba (na verdade, lago) e pela lagoa dos Patos (na verdade, laguna), com a chegada do asfalto no ano de 2002 e a abertura à visitação de parque de reserva ambiental, a vila, chamada Vila de Itapuã, passou a atrair visitantes e a romper com o isolamento. Tal isolamento foi determinante para que na década de 1940 no local fosse construído o Hospital Colônia, uma prisão-tratamento para leprosos. A pesquisa busca registrar a cultura açoriana ali remanescente e, sobretudo, pensar o moderno que penetra o tradicional e todas as implicações desse entrelaçamento na construção de uma identidade local. Paralelamente à modernização que alcança o campo da investigação, a pesquisa também traz inovações metodológicas, ao testar e ampliar o uso da fotografia digital como um recurso para a fotoetnografia, discutir os seus recursos e limites e também os recursos da Internet, uma vez que o caderno de campo é publicado sistematicamente no site www.ufrgs.br/fotoetnografia, no ar desde o mês de julho de 2003.*

Palavras-chave: *fotoetnografia, fotografia, identidade, trabalho de campo.*

Abstract: *This research presents an ethnographic and photoethnographic experiment with digital equipment. The research aims to register the transformations through which a rural fishing community is going through, in Viamão, in the vicinities of Porto Alegre, RS, Brazil. The Vila, called Vila de Itapuã, is surrounded by the Guaíba river on one side and by the Patos lagoon on the other; in the year 2002 the paths to the Vila were asphalted and a wild life reserve park was opened, inviting visitors to end this Vila's isolation. The former isolation of the place was a fundamental reason for the establishment, in the 1940's, of the Colony Hospital, a prison-leprosarium. The present research*

registers the remaining Azorean culture and, above all, our goal is to think of the modern in relation to the traditional, with all the implications of such a relationship in the construction of a local identity. Running side by side with this modernizing process in the field, the present research also has methodological novelties, by testing and widening the uses of digital photography for photoethnography. We discuss these resources and their limits, as other resources, such as the internet, once our field notes are systematically published online at www.ufrgs.br/fotoetnografia, since July 2003.

Keywords: *field work, identity, photo-ethnography, photography.*



www.ufrgs.br/fotoetnografia

Manoel e Buiú, julho de 2003

Ontem foi enterrado um senhor de setenta anos, tabelião há mais de 40 anos em Itapuã. Benquistado pela comunidade, muito mais do que pelo tempo de convivência, por ser prestativo e generoso. O crime foi brutal. As notícias de lá pouco acrescentam ao que saiu nos jornais de Porto Alegre. Reflexões à vista: esse inequívoco sinal de violência, um homicídio, talvez latrocínio, o que terá a ver com os novos tempos de Itapuã? Ou são velhas questões: posse de terras, negócios que dependem de cartório?

Mas nossa visita hoje é ao Parque. Os guardas do Parque nos falaram do senhor Manoel, o único residente dali, um pescador, que vive sozinho e tem como companheiro um cachorro de 13 anos. A casa fica mais ao norte da Praia da Pedreira. Ele vive num dos bangalôs de madeira, construídos para abrigar os moradores que tiveram suas casas destruídas quando o Parque se tornou reserva ambiental. As casas são geminadas, a do seu Manoel a mais da ponta. O lugar é bonito, a casa é arrumada. Há outros pescadores na mesma situação, porém, por terem casa na vila, pernoitam lá com os familiares. Mas o seu Manoel parece só ter o Buiú. Em compensação (?), tem uma praia particular, um barco recém pintado de azul, televisão. *E rádio, que ouve pela manhã*, responde quando provocado pelo Achutti. É gremista, tem 64 anos, pareceu feliz porque avaliamos que tinha uns 58. Os olhos são vermelhos e marejados, estão piores do que os do Buiú, mas o Buiú parece que não durará muito. Seu Manoel nasceu ali no Parque, filho de pescador que morreu quando ele tinha 12 anos, quando então, ainda menino, se responsabilizou pela família. Casou por volta dos 40 com uma viúva, cujo ex-marido *tirava pedra* no Parque. Viveram juntos por 17 anos até que ela morreu. No verão, Buiú fica preso: se tem gente fazendo churrasco: ele fica só com o cheiro. Mas tem seu valor reconhecido pelo dono que traz de dentro da pequena casa um saquinho plástico de onde tira a foto do cachorro. Curioso: a fotografia tem quatro anos, e o cachorro está no mesmo lugar: mudou só a mesa em baixo da qual ele deita num saco de estopa cheio de redes de pesca, quase um edredon.

Quando saímos da casa do seu Manoel, já anoitecia. Só de pensar em ficar ali naquela solidão particular já dava vontade de apurar o passo.

Fotoetnografia como fotografia digital

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. (Geertz, 1989, p. 40).

Fotografia. Etnografia. Fotoetnografia. O termo “fotoetnografia” foi empregado pela primeira vez ao dar título à dissertação de mestrado de Achutti, em 1996. O universo de pesquisa era composto por um grupo de mulheres trabalhadoras do galpão de reciclagem de lixo inorgânico da vila Dique, periferia da cidade de Porto Alegre. A dissertação foi publicada em livro, *Fotoetnografia: um Estudo de Antropologia Visual sobre Cotidiano, Lixo e Trabalho* (Achutti, 1997), que se compunha de dois tipos de texto, um verbal e outro visual. Este último utilizava os métodos da fotografia convencional. Pela primeira vez no Brasil uma tese de mestrado em antropologia utilizou imagens fotográficas não como mero meio ilustrativo, mas assumindo a centralidade da narrativa, o que caracteriza a fotoetnografia.

Esse trabalho, de certa forma, teve continuidade com a tese de doutorado, realizada junto ao Laboratoire d’Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain (Achutti, 2002). O trabalho de campo fotoetnográfico foi realizado nos bastidores da nova Bibliothèque Nationale de France – site François Mitterrand, mais uma vez utilizando a fotografia convencional, embora dessa vez em preto-e-branco. Também a tese de doutorado articulou imagem e texto e está sendo publicada sob o título de *A Biblioteca Jardim* (Achutti, no prelo).

O recurso da fotografia como forma narrativa, em que pese a crescente facilidade de acesso aos meios, ainda é pouco utilizado pelos antropólogos. As formas verbais e escritas seguem preponderando sobre uso da imagem, mantendo-se mais usuais e aceitas e, de certa forma, isso se pode dever também ao fato de as diretrizes metodológicas que envolvem o uso da fotografia ainda não estarem assentadas em práticas convencionadas e reconhecidas como efetivas. Em grande parte dos textos, a fotografia, quando aparece, se restringe a um papel ilustrativo.

É importante ressaltar que a possibilidade de utilização de imagem não implica o seu uso excludente em relação ao texto. Pelo contrário: texto e imagem podem-se articular de forma complementar com seus aportes específicos. A natureza de texto e de imagem naturalmente é diferente. Importa que nos demos conta de que, no limite do texto, a fotografia pode avançar “iluminando” certas passagens e, no limite da fotografia, o texto cumpre um papel analítico insubstituível.

O presente trabalho, uma fotoetnografia da Vila de Itapuã, mantém a idéia de fotoetnografar um local, com a diferença de que aqui se lançou mão de alguns recursos proporcionados pelas novas tecnologias: o uso da máquina digital e a construção de um caderno de campo virtual, de acesso público por meio da Internet.

Fotografia digital

Certamente que a fotografia digital já não é nenhuma novidade e não é de hoje que pesquisadores estão em campo com suas câmeras e seus *chips* de memória. Ainda que não signifique o abandono da fotografia convencional, há duas razões que parecem justificar a realização de uma fotoetnografia com o uso da fotografia digital: primeiramente se pode dizer que não faz muito que os avanços tecnológicos garantiram a fotografia digital como uma alternativa. É somente a partir dos equipamentos profissionais e semi-amadores com opções de 4 a 8 *megapixels*, além de melhores lentes, que se pode pensar em uma abordagem fotoetnográfica digital sem comprometer o resultado do trabalho em termos de qualidade.¹

A segunda razão, mas não menos importante, remete ao fato de que se deve, desde já, refletir teoricamente sobre a prática da pesquisa de campo com equipamento fotográfico digital. A esta nova técnica certamente devem associar-se novos hábitos de trabalho, ao mesmo tempo em que novos problemas vão ser colocados.

¹ Certamente nunca se deve abrir mão da qualidade das imagens fotográficas. Erro freqüente de alguns pesquisadores foi achar que fotografia de campo pode ser feita sem cuidados técnicos. Somente agora os equipamentos digitais suportam ampliações de tamanho razoável, por possuírem captores de mais capacidade e objetivas menos ordinárias a preços menos estratosféricos. Em termos de qualidade de imagem, as fotografias digitais se comparam às convencionais. E não é somente uma questão que envolve as câmeras, as impressoras evoluíram muito também.

Nesse sentido, é preciso rever o que Henri Van Lier (1983, p. 15) nomeou *l'événement photographique*, ou seja, o encontro do fóton com a película (filme), definidor do “evento fotográfico”. Hoje, temos cada vez menos filmes a proporcionarem esse encontro. O filme e a prata não são mais os elementos. Falamos em *pixels*, *bits* e memória (não somente cartões de memória, mas a memória como suporte da identidade individual e coletiva). As câmeras fotográficas digitais garantiram consideráveis mudanças no trabalho de campo. Talvez sua principal diferença em relação à fotografia convencional seja a possibilidade de se poder ver as fotografias “no lugar” e, mais importante ainda, poder selecioná-las “no lugar”.

Tal facilidade, no momento presente, pode ser para o antropólogo um problema se ele se puser muito tempo a selecionar/apagar/refazer as fotografias diante do pesquisado. Já no futuro, da perspectiva da memória, ela pode ocasionar perdas. Muitas fotos ganham importância com o passar do tempo. Pode-se julgar a qualidade da foto no presente, mas não, com segurança, todo o seu valor documental, que, em muitos casos, só o distanciamento temporal permite reconhecer. Quem poderia saber se os grandes arquivos históricos hoje estudados não são compostos em parte por fotos que poderiam ter sido apagadas?

Assumindo esse risco, por dizer inevitável, foi que iniciamos essa fotoetnografia, para a qual um dos passos foi a construção de um caderno de campo virtual. Antes, porém, de apresentar esse diário digital, cabe apresentar alguns dados etnográficos a respeito da Vila de Itapuã.

A Vila de Itapuã, o campo da pesquisa²

O local dessa fotoetnografia, conquanto presente as características sociais, econômicas e territoriais de um lugarejo, também tem como marca a diversidade, a convivência do ímpar, do desigual, dos contrastes. A peculiaridade estaria na reunião em um mesmo local de características ou insti-

² Esse projeto foi sendo alinhavado desde o ano de 1997, quando lá estivemos para fazer um primeiro caderno de campo visual – expressão que utilizávamos na época. Levamos então uma das primeiras câmeras fotográficas digitais existentes. Apesar de toda a precariedade do equipamento, pudemos produzir um relatório visual apresentado na Reunião da ABA Sul na cidade de Piriápolis, no Uruguai. Aquelas imagens, feitas com poucos recursos, no fundo anunciavam o futuro tanto da fotografia, da fotoetnografia quanto de nossos projetos pessoais de pesquisa.

tuições que por si já seriam intrigantes: uma colônia japonesa, uma área resultante de reforma agrária dos anos 1940, um leprosário, um parque de conservação ambiental, uma comunidade rural limítrofe a uma capital, diferenciada das demais cidades do entorno, que são ou industrializadas ou cidades-dormitório, uma vila litorânea na confluência da maior lagoa do país (que não é lagoa, mas laguna) e de um rio (que não é rio, mas lago), respectivamente a Lagoa dos Patos e o Rio Guaíba, como são conhecidos. Por outro lado, nada é mais típico do conceito de vida interiorana do que a parte urbana da Vila de Itapuã e seu entorno: as relações entre conhecidos de longa data, as trocas rituais de bens e serviços, o pequeno comércio e suas práticas que incluem o caderno e o fiado, o silêncio da hora da sesta e à noite (com exceção do período de veraneio), a relação com o tempo que não lhes cobra acúmulos materiais, e o futuro não pensado como projeto, a palavra empenhada no lugar do contrato, a rusticidade das casas, a missa de domingo, a Igreja na praça central, enfim, um sem-número de traços materiais e comportamentais.

Antes mesmo da publicidade que o parque lhe conferiu, Itapuã vinha sendo motivo de interesse em razão dessas suas peculiaridades. Da perspectiva econômica e social, a região é rural, com uma economia agropecuária (sobretudo leiteira), que mantém os itapuenses ligados às tradições do campo, mas também por longos períodos sobreviveu da pesca, a qual acontece até hoje, só que agora de forma controlada. E como a dimensão econômica tem seus equivalentes culturais, localizam-se bem próximos, na região da vila, o Salão Reverência de tradições gaúchas e a Colônia Z4 de pescadores. Na rua dos Pescadores, pode-se encontrar um homem de bombacha tecendo sua rede de pesca, ouvindo uma música sertaneja na rádio local.

Pode parecer curioso tratar por urbano um espaço com as características da Vila de Itapuã, um pequeno distrito de Viamão, cidade da Grande Porto Alegre. Isso merece uma primeira explicação. Em que contexto pode-se considerar urbano tal espaço? Em relação à vida rural – cujas características principais são o isolamento geográfico decorrente das grandes distâncias entre as moradias dos grupos familiares, a ausência de serviços públicos do tipo urbano (iluminação pública, coleta de lixo, tratamento de esgotos, etc.), dificuldades de acesso aos dispositivos urbanos (bancos, comércios, prefeitura, igreja, posto de saúde, locais de lazer, etc) – a vila da Vila de Itapuã, apesar da pequena estatura, a menor complexidade e a pouca

diversidade, pode ser reconhecida como o centro urbano da região: é para onde ocorrem as pessoas na busca dos serviços e na busca de uma socialidade típica de cidade.

Na vila, acontecem os negócios que movimentam a economia local, são encontrados os profissionais liberais, os prestadores de serviços, o sistema religioso e judiciário, as festas, etc. Portanto, na comparação com o formato da vida nas propriedades rurais, que abrigam a maior parte da população, a Vila de Itapuã é o espaço urbano.

Além disso, Milton Santos, em *A Urbanização Brasileira* (1993), defende a idéia de que o Brasil não pode ser dividido em rural e urbano, mas, no lugar disso, deve-se reconhecer que existe sim um Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas. Assim, a parte conhecida como “a vila”, tem uma rua principal que começa na faixa, recentemente asfaltada, e termina na praia. É na vila que se evidenciam alguns remanescentes traços da cultura açoriana, seja nas ruas estreitas e compridas, ou estampados na arquitetura rústica das casas (ainda que totalmente desfiguradas em relação à forma original), junto às calçadas, sem pátio na frente, a igreja voltada para o rio, de costas para o povoado. A vila tem um comércio pequeno. Na parte antiga da rua principal, em uma precária construção de esquina, na fachada, lê-se simplesmente: “loja”. Na outra face, “loja de confecções”. Os CTGs, como o Salão Reverência, são ponto de grande mobilização social.

O meio de transporte bastante usual do itapuense é o cavalo, como montaria ou em charrete e carroça. Há dois haras na região com expressividade econômica, mas os itapuenses encontram trabalho principalmente na produção primária (arroz, leite, gado e hortigranjeiros ou na pesca), na extração mineral, no comércio. Perto da praia, um *camping* inscreve um estilo próprio ao seu redor, que se traduz por um comércio, conhecido por “o shopping”, que atende os campistas, jovens que andam em grupos, com aparência e comportamentos facilmente diferenciáveis dos jovens moradores. São os turistas ocasionais ou os veranistas que têm casa de praia em Itapuã que instauram o confronto silencioso entre o tradicional e o moderno.

O parque de Itapuã

Você já imaginou como é incrível encontrar bem pertinho de uma metrópole de 1,3 milhão de habitantes um monte de bichos? Bichos como bugio-ruivo, jaguatirica, lontra, gato-maracajá e tantos outros. E que tal se, de quebra, a flora for excepcional, típica da Mata Atlântica, com 206 espécies de aves, 29 de mamíferos, 37 de répteis, 32 de anfíbios, 59 de peixes e 467 de plantas? E se o ar for limpo, livre de qualquer poluição? Pois é, isso parece quase impossível nesses tempos de degradação quase plena da natureza. Mas todas essas maravilhas estão no Parque Estadual de Itapuã, na cidade de Viamão, a 57 quilômetros de Porto Alegre. [...] Aberto ao público no dia 22 de abril, depois de muito trabalho e investimento para deixar o lugar bem bonito e agradável, o parque é nada menos que extraordinário. Para quem tem lá a sua veia ecológica, o passeio é do tipo reconfortante, imperdível. (Correio Braziliense, 3/7/2002).

Itapuã (que em tupi significa “ponta de pedra”), já foi alvo de inúmeras pesquisas, principalmente na área biológica e geográfica. Além da riqueza de fauna e flora, a região chama a atenção pela beleza da paisagem. Paisagem, porém, na qual o homem foi deixando marcas: durante muito tempo depredou, extraiu o granito rosa, típico da constituição geológica local, derrubou matas nativas e pescou de forma predatória.

Com a crescente expansão da consciência ecológica e a conseqüente reunião de pessoas interessadas na conservação ambiental, parte da região foi considerada área de preservação e deu origem ao Parque Estadual de Itapuã. Nos anos 1970, o já falecido ecologista Lutzemberger, inconformado com a devastação do lugar, reuniu jovens estudantes que deitaram sobre uma grande rocha que seria dinamitada por extratores do granito. O fato atraiu publicidade e contribuiu para firmar a convicção de que o parque precisava ser protegido. Por iniciativa do governo do Estado, os moradores pescadores foram retirados do local, que ficou totalmente fechado de 1991 a 2002, período em que o parque foi cercado, monitorado, e a natureza foi sendo, na medida do possível, recuperada. Em 2002, o parque foi reaberto à visitação, com cobrança de ingressos e número controlado de visitantes por dia.

Para a recuperação, manutenção e reabertura do parque, foram treinados pela Secretaria de Meio Ambiente e pela Associação de Condutores Locais de Ecoturismo de Itapuã (ACLEI), inicialmente, 40 moradores para serem “condutores locais”. Eles aprenderam a fazer a manutenção das trilhas, conheceram a história de Itapuã e tiveram noções de primeiros socorros. Alguns desses agentes ecológicos foram pescadores e moradores da área do parque, de certa forma responsabilizados por parte dos danos causados pela ocupação humana no local. Na época da reabertura, a região entrou para o noticiário nacional, ganhando matérias de destaque. O fato encheu de orgulho os itapuenses e, além disso, o parque havia se convertido num dos grandes empregadores da Vila de Itapuã. O jogo de forças subjacentes a essa inversão que se operou a partir da transformação do local em reserva ambiental mereceria ser aprofundado, uma vez que ele é exemplar da permeabilidade do local ou do seu atravessamento pelo global. Bem recentemente, o que se constata é um novo retrocesso, quando há sinalizadores de que o parque volta a se fechar para a comunidade, não chamando as associações para decisões, nem fomentando suas atividades turísticas.

O parque de Itapuã é considerado uma das mais importantes áreas de conservação de mata atlântica do Sul, tem cerca de 5.500 hectares de praias, campos e lagoas. Nele, localiza-se o farol de Itapuã (construído em 1860) e o morro da Fortaleza. O farol é um dos mais bonitos do país, e se localiza bem na confluência entre o Guaíba e a lagoa dos Patos. Há uma sucessão de praias, entre elas a das Pombas, do Sítio, de Fora, do Tigre, da Pedreira, Araçá, do Junco e da lagoa Negra.

Uma região de várzea foi na década de 1960 uma experiência de reforma agrária. Os lotes foram distribuídos de forma desorganizada, sem apoio e infra-estrutura adequados. Acabou servindo de argumento contra a própria reforma agrária, pois em pouco tempo as terras foram sendo vendidas. Não resta ali nada do projeto original, a não ser o nome.

Para além da colônia japonesa e da região da “reforma”, numa ponta onde o mundo parece querer acabar, tendo ao fundo a imensa lagoa Negra, o Hospital Colônia Itapuã causa a uma sensação de volta no tempo. Distante dez quilômetros da vila, vizinhando com o parque, o hospital não é um edifício, mas uma cidade em miniatura. Ali se encontram pavilhões de internação, casas, ruas com calçamento de paralelepípedo, algumas até bem imponentes, em especial a do diretor, duas igrejas, uma católica e uma

luterana, teatro, cassino, padaria, escola, cadeia, lavanderia, refeitório, horta, tambo de leite, elementos com que se buscava reproduzir uma vila. Para a cadeia, iriam os perturbadores da ordem, mas principalmente os fujões, caçados pela polícia tão logo denunciada a fuga. Tudo isso ainda está lá: o teatro, que é um grande prédio de dois pisos, com vários salões, está em ruínas, assim como outras edificações, e principalmente a igreja luterana, de grande valor arquitetônico.³

O local é todo cercado e restrito à visitação, tendo guarda na portaria. Estruturalmente, é dividido em duas partes que, no passado, eram chamadas “parte limpa”, onde ficavam as casas dos funcionários, e “parte suja”, onde moravam os hansenianos. O hospital-colônia foi construído exatamente com o intuito de isolar seus moradores: os “leprosos”, que para lá foram encaminhados na década de 40, a maioria à força. Naquela época, a pessoa que era descoberta portadora de hanseníase ou lepra era compulsoriamente transferida para o hospital-colônia, onde viveria o resto da vida entre outros “leprosos”. Se tivesse um filho, esse era imediatamente separado da mãe, encaminhado para uma instituição para órfãos, localizada na zona sul de Porto Alegre, o Amparo Santa Cruz, conhecido na época como “preventório”. Os filhos podiam ver os pais duas vezes por ano, mas apenas de longe, e assim mal se podiam conhecer. Um dos idosos conta como foi deixado ainda menino naquela cidadezinha para passar as férias e nunca mais foi buscado pela família. Apesar de dezenas de histórias desse tipo, os “moradores” não foram poupados da inscrição no pórtico: “não caminhamos sós”.

Grande parte dessa população é de imigrantes alemães, havendo a hipótese de que eles eram enviados para o Brasil ao serem diagnosticados. Só nos anos 1950, quando se tornou acessível o tratamento da lepra, é que o local foi receber os primeiros funcionários. Até então só viviam lá os médicos e algumas irmãs franciscanas, voluntárias. Os próprios pacientes escolhiam as “autoridades” da vila-hospital, como delegado e prefeito. Mais de mil pacientes conviveu durante as primeiras décadas de existência do leprosário. Em 1954 é que uma lei de “internação compulsória” foi abolida, de forma que até 1960 o número de pacientes diminuiu para 350 (Rio Grande do Sul, 2004), muitos dos quais já sem laços externos, enfim, sem

³ A igreja luterana foi planejada por um dos arquitetos mais importantes da primeira metade do século passado, Theodor Wiederspahn, responsável por importantes prédios históricos de Porto Alegre, como o do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli.

ter para onde ir. Destes ainda restavam lá 75 quando começamos essa pesquisa, hoje 70, que são idosos, alguns deles dementes, a maioria mutilados, pois a lepra provoca desde a insensibilidade na pele até a perda de pedaços do corpo.⁴

Hoje, apesar de a hanseníase ser tratada ambulatorialmente, o hospital-colônia continua sendo a casa desses hansenianos, que dividem o espaço daquela cidade-fantasma com mais de cem pacientes do hospital São Pedro. Confirma-se a tese de Foucault (1972) que considerava a loucura herdeira da lepra. Quando o último hanseniano morrer, o que não deve demorar muitos anos, que destino darão ao hospital-colônia?

Os leprosos hoje são idosos que perderam os vínculos com a vida de fora, e continuam lá. Dadas as condições físicas em que se encontram e as condições que encontrariam numa sociedade discriminadora e regulada pelo poder aquisitivo, parece que é o melhor para eles. Os que vivem nas casas têm pátios, jardins, animais domésticos para cuidar e funcionários com quem convivem de forma muito cordial. As pessoas que trabalham no hospital-colônia, a maioria moradora de Porto Alegre e a minoria da Vila de Itapuã e ainda alguns residentes no próprio hospital, tanto quanto os pacientes e tudo o mais que lá vemos, parecem saídas de um outro mundo. Vivem um ritmo próprio numa cidadela de ficção, com o detalhe de ser real.

O fogão a lenha e o celular

Comparada a outras cidades da Grande Porto Alegre, Viamão e seus distritos não buscaram, ou não alcançaram, o desenvolvimento ou o “progresso”. É uma cidade horizontal, não industrial, com uma economia estagnada, fruto de uma relação com a vida e com o trabalho justificada pela origem cultural do açoriano. Itapuã exacerba ainda mais tais características da cidade-sede. O itapuense se contenta com o mínimo necessário para sua sobrevivência, não tem projetos de longo prazo, gosta do convívio social e das festas coletivas, que são abundantes.

⁴ O Brasil é um dos países do mundo que apresenta o maior número de doentes do mal de Hansen, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). O Rio Grande do Sul é apontado como o único Estado que conseguiu atingir a meta preconizada pela entidade mundial da saúde, que é de um caso para cada 100 mil habitantes.

Silenciosas, na Vila de Itapuã, são as convivências do fogão a lenha com o telefone celular. O cavalo com a motosserra. O analfabeto e o pós-graduado em ciências biológicas. Nada disso é surpreendente, principalmente se pensarmos na proximidade de Itapuã com a capital, Porto Alegre. O que surpreende na sua forma de identidade cultural é que essa convivência não tenha como ponto de convergência apenas o fato da cidade, mas sim a real proximidade e a convivência, e, a par de ambas, a sobrevivência das formas tradicionais.

O encontro e a convivência do tradicional e do moderno, de certa forma, provocam-nos um fascínio, pois vemos neles a possibilidade de resgate de sensações e sentimentos que nos fazem nostálgicos, com o acréscimo do conforto e da comunicação. Entretanto, essa é uma perspectiva unilateral, a daqueles que usufruiriam do melhor de cada estilo. Para as camadas pobres, o encontro do tradicional com o moderno implica algum conforto, mas sobretudo amplia o horizonte das metas inatingíveis, seja o consumo de bens e serviços, sejam os referentes à qualificação como mão-de-obra e/ou educação. Quando um entrevistado diz: *sim, temos luz, mas temos que pagar por ela*, ele ressalta o preço do conforto e, de certo modo, o relativiza. O itapuense não quer muito mais do que já tem e ajuda, com isso, a pensarmos nessa outra possibilidade de viver, bastante diferente daquela baseada nas noções capitalistas de acumulação de bens. Também podemos conhecer as conseqüências, às vezes cruéis, dessa opção pela marginalidade do sistema.

Em Itapuã, convivem tanto o pescador artesanal quanto um laboratório de produção de sementes de última geração,⁵ um movimento ecológico altamente avançado com a produção primária a mais tradicional, e tais extremos culturais estão circunscritos num território relativamente pequeno, e do ponto de vista político bastante inexpressivo: um distrito de uma cidade da região metropolitana.

Os itapuenses são descendentes de um número reduzido de famílias, que são os sobrenomes abundantes em toda a Viamão. São famílias bastante numerosas e que mantêm o ciclo ao seguir alimentando o mercado matrimonial. Seus nomes estão nos comércios, nos prestadores de serviço, nas lideranças comunitárias, nos candidatos a cargos eletivos.

⁵ Até 1985, todo o cultivo de beterraba no Brasil era feito com sementes importadas. Foi no laboratório da Isla, em Itapuã, que foi desenvolvida a primeira semente nacional, a beterraba itapuã, que reúne, segundo os seus criadores, as melhores características de cada tipo.

Embora o gradiente entre os mais pobres (desempregados, biscateiros, agricultores) e os mais ricos (proprietários de terras e comerciantes) economicamente seja considerável, a vida cotidiana e a divisão dos espaços de sociabilidade tornam-nos todos partícipes de uma mesma forma de viver, uma *comunidade*. Para não omitir as exceções, há em Itapuã uma rua mais retirada, o “Beco do Cemitério”, em que as condições de vida são de tal forma miseráveis que a esses não me parece ser dada a prerrogativa do convívio democrático. Essa rua não fica muito longe do centro, ainda que se situe do outro lado da estrada que costeia a vila. Entretanto, o grau de marginalidade dos moradores dessa rua os condena a restringir-se a ela socialmente – e dali sair em busca de biscates ou trabalho eventual. São cerca de 20 casas, em um arruamento sobre terras de invasão, que fica isolado, tendo como limites o cemitério e os matos de eucalipto.

Dada a territorialização, os japoneses mantêm-se na sua comunidade, pouco se integrando. Os trabalhadores moradores do hospital-colônia, da mesma forma, e os habitantes sazonais, os veranistas, chamados “veronistas”, formam um grupo à parte, sobretudo os mais jovens, que frequentam a parte final da avenida principal, junto à praia, onde se concentram os bares e as lancherias. São jovens como os jovens que invadem o litoral do estado, apesar de que seu baixo poder aquisitivo lhes imprime um nível de diferenças sobre um espectro que é comum a toda juventude. Jogos de vôlei e futebol de dia na praia; à noite, automóveis estacionados, (mais) meninos (do que) meninas escorados com suas latas de cerveja, o som bem alto. O automóvel é velho, o som vem de uma estação de rádio e não de um CD, é estridente e denuncia as preferências musicais da moda.

Caderno de campo virtual

O projeto de fotoetnografar a Vila de Itapuã, já descrita na sua condição de local de pesquisa, se deve a algumas características peculiares do momento que vive a região. Uma dessas foi a recente chegada do asfalto e a abertura do parque à visitação pública em 2002. A ausência do asfalto foi por muito tempo evocada pela comunidade itapuense como a causa do seu pouco desenvolvimento econômico. Sendo esse um argumento encobridor de outros fatores (e de uma pergunta anterior: por que o asfalto demorou tanto?) tais como os culturais, a chegada do asfalto se constitui em

uma espécie de “prova do argumento”. A pergunta que move esse projeto se refere às modificações que o asfalto e a abertura do parque vêm trazendo à forma tradicional de viver do itapuense.

Além disso, o local por si já oferece atrativos para uma fotoetnografia: a beleza natural, de um lado, e, de outro, uma forma cultural muito própria, decorrente da sua origem açoriana (uma imigração que acaba de completar 250 anos) e seu descompasso com outras cidades da grande Porto Alegre, cidades-dormitório ou industrializadas. Itapuã é um vilarejo rural que “escapou”, apesar da proximidade com a capital, do fenômeno da industrialização.

A etnografia é um método de pesquisa, razão de ser da antropologia e que implica a imersão do pesquisador no cotidiano do outro na busca daquilo que é singular do ponto de vista cultural, aquilo que organiza e dá sentido à vida de um determinado grupo social. A pedra de toque daqueles que são diferentes de nós, mas que são como nós. Já a fotoetnografia é uma das formas de etnografia que utiliza a fotografia como meio de penetrar, aprender e relatar (no sentido de narrar) a cultura e os valores.

Para isso, estamos utilizando tanto as entrevistas – mais próximas a conversas informais –, quanto as fotoentrevistas, no sentido proposto por Collier Jr. (Collier Jr.; Collier, 1986). As fotoentrevistas são uma técnica que implica usar, em visitas sucessivas, as fotografias já tiradas como meio de propor e/ou balizar novas entrevistas e, com isso, ao mesmo tempo em que se vai aprofundando o trabalho, vai-se fazendo a restituição dos dados.

Depositário da memória da pesquisa, o caderno de campo é instrumento essencial no ofício do antropólogo. É um instrumento de reflexão, auxilia na formulação de hipóteses, direciona a pesquisa, permite visualizar retrospectivamente as lacunas e, no nosso caso, é um motivador de diálogo e de resgates.

O nosso caderno de campo é atípico em mais sentidos: deixa de ser pessoal e íntimo (o que, de certa forma, também ocorre quando o pesquisador seleciona partes de seu diário e o coloca no texto) ao se publicizar. Cada ida a campo alimenta de fotos e de textos uma página na Internet especificamente dedicada a esse fim. Assim como o texto sempre é uma ordenação de idéias, também a parte relativa às fotos supõe uma seqüência, como se discutirá adiante.

Desde o primeiro mês de pesquisa e ao pensar nas formas de arquivamento das fotos, surgiu primeiro a idéia de manter um diário de campo

textual e fotográfico. A seguir a idéia evoluiu para a sua divulgação pela Internet. Assim criamos uma página chamada fotoetnografia, construída inicialmente com o projeto da pesquisa e dois artigos metodológicos. A principal seção é o caderno de campo virtual. A cada ida significativa a campo, trazemos material, trabalhamos esse material, produzindo o diário em texto e imagem e o publicamos *on-line* tão logo possível. Temos assim um caderno de campo permanentemente aberto, à disposição de quem acesse a qualquer hora o *site*: www.ufrgs.br/fotoetnografia.

Raramente uma pesquisa é acompanhada publicamente no seu fazer. A regra geral é conhecermos uma pesquisa a partir de seus relatórios, parciais ou final, e dos artigos que dela decorrem. Por permitir o acompanhamento da pesquisa passo a passo, o caderno de campo virtual contém uma forma a mais de restituição ao grupo pesquisado⁶, como também permite o acompanhamento pela comunidade acadêmica e as trocas (críticas, colaborações, perguntas) daí resultantes.

O nosso caderno de campo é composto de uma parte visual, contendo as fotografias em uma seqüência narrativa, que remete a uma parte escrita. Os diálogos virtuais que acontecem entre os pesquisadores, em geral relacionados a questões metodológicas, também podem ser acompanhados no campo “diálogos”, que difere dos *blogs*, dentre outras coisas, por aparecer em ordem cronológica do início para o fim (o que, no nosso entender, torna a leitura mais fácil).

Além de se tornar público, esse caderno de campo também não é estritamente pessoal desde a sua produção, uma vez que é discutido pelos dois pesquisadores e, se em razão disso perde em intimidade, faz surgir diante de nós outra vantagem: as lacunas da memória de um são supridas pela memória do outro no momento da escrita, os pontos de vista se somam e/ou se prestam a discussão e, acreditando que a pesquisa se enriquece quando não é uma atividade solitária, os olhares se somam, o que é facilitado pelo fato de ambos os pesquisadores termos afinidades teóricas, de um lado, e complementares pelas diferentes experiências e inserções, de outro. A produção das seqüências igualmente permite um afinamento do olhar, sendo essa uma das razões para que elas sejam parte fundamental da metodologia.

Na parte da apresentação das seqüências buscamos aperfeiçoar o uso da fotoetnografia no sentido de encontrar a autonomia possível para a imagem fotográfica, e para isso utilizamos séries de imagens justapostas de

⁶ O acesso a Internet ainda é precário na Vila de Itapuã em razão das linhas telefônicas, mas algumas pessoas já acessaram a *home page* e já enviaram por *e-mail* seus comentários.

forma a proporcionar ao leitor um percurso que nos pareça eloqüente sobre o tema tratado. Como temos defendido, cuidamos não só do conteúdo como também da forma, isto é, uma imagem, mesmo que traduzindo um recorte, um olhar antropológico, não pode e não deve ser resultante do descuido com as questões técnicas e estéticas que estão implicadas no ato de fotografar. E mais ainda, cada imagem deve não apenas ter importância enquanto parte de uma seqüência, mas também se sustentar, ter importância independentemente do conjunto. Para que isso seja possível a nossa construção de seqüências começa quando estamos no trabalho de campo real.

Referências

- ACHUTTI, Luiz Eduardo R. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo R. *Photoethnographie à la Bibliothèque Nationale de France: la photographie comme narration ethnographique: une autre façon de raconter*. Tese (Doutorado em Antropologia)-Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporain, Université de Paris 7 Denis - Diderot, Paris, 2002.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo R. *A biblioteca jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial. No prelo.
- COLLIER Jr., John; COLLIER, Malcolm. *Visual Anthropology: Photography as a Research Method*. 5th ed. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986. 248 p.
- FOUCAULT, Michel. *A história da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- RIO GRANDE DO SUL .Secretaria Estadual da Saúde. *Hospital Colônia Itapuã*. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/hospitais/hospital_itapoa_edificacoes.php>. Acesso em: 6 abr. 2004.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- VAN LIER, Henri. *Philosophie de la photographie*. Paris: Les Cahiers de la Photographie, 1983.

Recebido em 31/12/2003

Aceito em 01/03/2004